
Mediatização e cobertura jornalística de casos de racismo ¹

Dennis de OLIVEIRA²
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

RESUMO

Este trabalho apresenta uma proposta teórica e metodológica para o estudo de como os meios jornalísticos cobrem os casos de preconceito e racismo no Brasil. Historicamente, os estudos sobre racismo e meios de comunicação enfocam na pequena presença de pessoas negras nos meios de comunicação, como é o caso dos trabalhos de Araujo (2019) sobre telenovelas, Carrança e Borges (2004) sobre jornalismo, entre outros. Ainda que os dados demonstrem que estas situações de sub-representatividade ainda perdurem, entende-se que há um pequeno avanço tanto da presença negra como da agenda antirracista nos meios jornalísticos. Neste sentido, o campo da comunicação necessita de referenciais conceituais que possam dar conta deste agendamento.

PALAVRAS-CHAVE: mídia e racismo – mídia e relações raciais – jornalismo e racismo

1. Introdução

Várias pesquisas que tratam da relação entre meios de comunicação e população negra no Brasil apontam a pequena presença de negras e negros como vetor mais importante do racismo na mídia. Destaca-se, neste aspecto, os estudos de Araujo (2019) sobre telenovelas, Carrança e Borges (2004) sobre jornalismo, entre outros. Embora os indicadores tenham melhorado, esta situação da pequena visibilidade ainda perdura. Outros estudos mostram uma pequena presença de negras e negros nas redações jornalísticas como a pesquisa da organização “Jornalistas & Cia” de 2021 que mostra que apenas 20,1% dos profissionais das redações são negros (contra mais de 70% de brancos)³, e a pesquisa do GEMAA (Grupo de Estudos Multidisciplinares de Ação Afirmativa), de maio de 2023 mostra que apenas 9,5% dos produtores de conteúdo das redações dos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo são negros (6,1% pardos e 3,4% pretos) contra 84% de brancos (PORTELLA et al, 2023: pp. 9-10).

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Pesquisa GP Comunicação Antirracista e Pensamento Afrodiaspórico no XXIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professor do curso de Jornalismo da ECA/USP, email: dennisol@usp.br.

³ Ver “Perfil Racial da Imprensa Brasileira” disponível em <https://static.poder360.com.br/2021/11/pesquisa-perfil-racial-da-imprensa-17-nov-2021.pdf> (acesso em agosto/2023)

Ainda que os dados demonstrem que estas situações de sub-representatividade ainda perdurem, entende-se que há um pequeno avanço tanto da presença negra como da agenda antirracista nos meios jornalísticos. Neste sentido, o campo da comunicação necessita de referenciais conceituais que possam dar conta deste agendamento.

Para contribuir neste debate, este trabalho propõe discutir as relações de mídia e racismo a partir do conceito de *tecnocultura* proposto por Muniz Sodré (1996) definida como a articulação entre comunicação, tecnologia e economia de mercado. A *tecnocultura* é a base para o conceito de *midiatização*, também de Sodré (2002). Agrega-se a esta consideração de natureza filosófica o papel dos meios de comunicação como instância paradigmática do poder simbólico (cf. Thompson, 2002) e a passagem do gerenciamento dos corpos do domínio da biopolítica para a psicopolítica (cf. Han, 2018) por conta da mudança da estratégia de exploração e reprodução do capital que transcende da disciplina para o engajamento.

Com base nesta proposta teórico-metodológica, analisou-se um conjunto de notícias sobre casos de racismo publicadas nos portais UOL e G1 no mês de junho de 2023. Embora esta análise realizada seja pontual pois foi realizada em um curto período e com dois veículos (escolhidos por serem os de maior abrangência) ela sinaliza como o racismo é enquadrado no cenário da midiatização.

2. **Tecnocultura e midiatização**

Muniz Sodré (1996) apresenta o conceito de *tecnocultura* na obra “Reinventando @ cultura” como uma síntese da articulação entre comunicação, tecnologia e economia de mercado.

A comunicação emerge, segundo Sodré, como a expressão de um redirecionamento da perspectiva do sujeito que sai do domínio da busca pelo conhecimento e pela verdade (metaforizada pela *dialética* platônica) para a da capacidade de se expressar (o “logos” da *retórica* pré-socrática). Segundo o pensador brasileiro, a metafísica contemporânea não é o ser humano que sabe, mas aquele que comunica, citando o filósofo italiano Vattimo (apud Sodré, 1996).

Sodré lembra que

“esta divergência [entre retórica e dialética] não é um mero jogo acadêmico. É um embate em torno de posições sociais diferentes quanto a problemas centrais da vida grega. A retórica dos começos pretendia adequar a linguagem à reivindicação de propriedades fundiárias (anteriormente expropriadas por tiranos). As astúcias e dissimulações (depois condenadas por Platão como má

retórica) tinham, assim, originalmente, pleno sentido no campo judiciário e político.” (1996, pp. 13-14)

A partir dos tempos de Sócrates, ainda segundo Sodré, há uma mudança nas condições de sociabilidade que criou uma exigência do “pensar em comum” em busca da “verdade”. É a integração do cidadão à *pólis*.

O que se percebe nesta revisão deste momento da filosofia grega clássica feita pelo pensador brasileiro é que as perspectivas teóricas e de devir estão imbricadas com as formas de sociabilidade. A reivindicação da propriedade expropriada levava a um agir comum pela retórica argumentativa, a constituição da *pólis* e a integração do cidadão, a dialética em busca da verdade. Em ambas situações, o que se tem, ainda segundo Sodré (1996), é a construção de um laço atrativo ou comunicativo que “implementa a aliança simbólica entre indivíduos vivos ou entre vivos e mortos” (idem, p. 12). Em outras palavras, a integração de negros e negras na sociedade ocorre a partir da inclusão em uma aliança simbólica que vai variar de acordo com as formas de sociabilidade estabelecidas.

Como isto se expressa nos dias atuais? É fato que discutir as formas de sociabilidade contemporâneas passa necessariamente pela presença das mediações tecnológicas. Tais mediações – que sempre existiram – ocupam um lugar singular atualmente porque elas fazem parte de uma alteração nos arranjos institucionais da democracia liberal.

Thompson (2002) considera que os meios de comunicação são produto das mudanças institucionais implantadas com a ascensão da burguesia ao poder no século XVIII. Outros autores, como Marcondes Filho (2000), afirmam que a aventura do jornalismo se confunde com a aventura da burguesia na construção do modelo de sociedade. A destruição criadora do projeto da Modernidade se metaforiza com a descartabilidade cada vez mais rápida da notícia.

A mídia, segundo Thompson (2002) é a instituição paradigmática do *poder simbólico*, uma das quatro dimensões da estrutura de poder da burguesia segundo o pensador estadunidense. As outras três são o *poder político* (cuja instituição paradigmática é o Estado), o *poder coercitivo* (instituição paradigmática, as Forças Armadas e de segurança) e o *poder econômico* (instituição paradigmática, a empresa capitalista).

Estas quatro dimensões do poder atuam no sentido de garantir uma sociabilidade favorável a manutenção do capitalismo, das relações de produção e exploração e das formas de reprodução das riquezas. Por isto, Thompson considera que ideologia é um

conjunto de sentidos a serviço do poder (2011, pp. 105-116) e tem como função a reprodução das condições de produção econômica. Considera-se este aspecto de fundamental importância para entender exatamente o *locus* da mídia enquanto espaço participante deste processo de reprodução. Desta forma, a maior ou menor presença de negras e negros nos espaços midiáticos não significa necessariamente uma alteração da gênese do racismo se partir do pressuposto da sua condição estrutural.

3. Racismo estrutural

Considerar o racismo brasileiro como estrutural é entendê-lo como uma dinâmica articulada com a reprodução de uma sociabilidade adequada a forma de reprodução das riquezas. Isto significa: a-) entender que o capitalismo brasileiro foi construído a partir de uma riqueza primitiva acumulada por meio da exploração do trabalho de africanos escravizados (e desnecessário aqui refletir o papel do racismo para legitimar tal ordem social); b-) que este capitalismo se constitui tardiamente e em função desta e outras razões se coloca como subalterno ao sistema-mundo do capital.⁴

Desta forma, ao se constituir como capitalismo dependente, as sociabilidades aqui construídas são o tipo da *superexploração do trabalho* categoria proposta pelo brasileiro Ruy Marini (1977) como um tipo de relação de trabalho pautada pelo pagamento da força de trabalho valores inferiores ao mínimo necessário para a sua sobrevivência. O racismo atua então como uma forma de legitimar que parte significativa da classe trabalhadora seja submetida a uma ordem de superexploração ressignificando os sentidos do racismo do período do escravismo – negras e negros como sub-humanos.

A superexploração do trabalho é a forma com o que se “compensa” o fato das classes dominantes brasileiras ter que repartir parcelas da riqueza aqui obtida com a burguesia internacional em função do capitalismo ser dependente. Ao dizer isto, não se quer aqui isentar de responsabilidade as classes dominantes brasileiras pelo fenômeno do racismo mas sim apresentar uma perspectiva de entendimento do porquê o fenômeno do racismo está diretamente articulado com a forma de reprodução de riquezas. Entender o

⁴ Clóvis Moura aponta que o sistema escravista como drenava todas as riquezas para fora impediu que se constituísse internamente uma riqueza primitiva capaz de se alavancar a formação de um capitalismo autônomo. Por isto, toda a infraestrutura necessária para o desenvolvimento da produção capitalista – como sistemas de telégrafos de comunicação, estradas de ferro, modernização dos portos, etc – foi feita com capital externo, especialmente o britânico. Assim, Moura chama o período de 1850 a 1888 como a construção de uma *modernização sem mudança* pois ao mesmo tempo que se modernizavam as relações de produção na ótica capitalista, as estruturas sociais se mantêm até como forma de *compensação* às classes dominantes locais que tiveram que se subordinar às classes dominantes do imperialismo global. Ver MOURA, C. *Dialética radical do Brasil negro*. S. Paulo: Anita, 2014.

racismo na sua dimensão estrutural significa transcender a dimensão comportamental. Assim, a classe dominante brasileira é racista não apenas pelos seus comportamentos mas porque a sua condição de classe constituída pela forma de reprodução de riquezas via superexploração.

Desta forma, o enfrentamento ao racismo estrutural não se dá por “letramentos raciais” e nem tampouco a sua existência é produto de uma falta de conhecimentos. Tratar o racismo como estrutural significa entendê-lo como dinâmica inserida na forma de reprodução das riquezas. Sendo assim, se partir do pressuposto de Thompson que as várias dimensões do poder na sociedade capitalista atuam no sentido de construir uma sociabilidade adequada à reprodução das relações capitalistas, é evidente que a discussão de mídia e racismo deve transcender meramente a presença maior ou menor de negros e negras nos espaços midiáticos (embora este aspecto deve também ser considerado).

4. Cobertura midiática de casos de preconceito e racismo

No mês de junho de 2023, os portais G1 (pertencente ao grupo Globo) e UOL (do grupo Folha de S. Paulo) publicaram um número significativo de matérias que versaram sobre casos de preconceito e racismo. A escolha destes dois portais se justifica pelo seu alcance. Segundo o relatório do Instituto Reuters de 2023, o portal G1 é o preferido por 36% dos usuários de internet enquanto que o UOL alcança 34%. Os dois lideram as preferências segundo pesquisa feita pelo instituto.⁵

Para efetivar este levantamento, utilizou-se as ferramentas de seleção do período existentes nos portais e utilizou-se as palavras-chave racismo, preconceito racial, discriminação racial para se chegar ao conjunto das matérias. Uma vez listadas, foi necessária uma leitura atenta do corpus com o objetivo de eliminar as duplicidades (principalmente no portal G1 que congrega vários sites locais que reproduzem matérias iguais), bem como matérias que continham a palavra preconceito ou discriminação mas o foco central da pauta era outro. Após estes procedimentos, chegou-se ao número de 256 matérias no portal G1 e 54 no portal UOL. Isto dá uma média de 8,5 matérias sobre racismo e preconceito racial por dia no G1 e 1,8 por dia no UOL.

Uma explicação para a grande diferença entre G1 e o UOL é a amplitude de cobertura do portal G1. Por ser do grupo Globo, ele contém a produção de todas as

⁵ Reuters Institute Digital News Report 2023, disponível em https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2023-06/Digital_News_Report_2023.pdf, acesso em agosto 2023 (os dados sobre o Brasil estão nas páginas 112 a 115)

afiliadas da Rede Globo de Televisão, além dos jornais pertencentes ao grupo. O portal UOL se limita a produção da redação do grupo Folha de S. Paulo. Assim, é possível ter publicações de matérias produzidas, por exemplo, em uma emissora afiliada da Globo em qualquer estado do país – e é por esta razão que foi necessária uma leitura atenta no conjunto das matérias para eliminar as duplicidades pois em muitos casos uma mesma matéria foi reproduzida no site de uma emissora local da Globo e também em um produto jornalístico nacional (exemplo, os telejornais locais e o Jornal Nacional).

Após feito este levantamento, procedeu-se a uma classificação das matérias em editorias temáticas:

- Política – matérias que envolvem agentes dos poderes eletivos, como legislativo e executivo. Entram nesta categoria matérias que versam sobre projetos de lei, políticas públicas, opiniões de personalidades de partidos políticos, etc.

- Esporte – matérias que tratam de casos de racismo ocorrido no âmbito dos esportes

- Denúncias e desdobramentos policiais/judiciais – matérias que tratam de casos de denúncia de preconceito racial ocorrida em localidades e que motivava ações policiais e processos judiciais;

- Iniciativas e atitudes positivas – matérias que tratam de iniciativas de pessoas ou organizações no sentido de promoção de igualdade racial ou geração de oportunidades\

- Ações dos Movimentos sociais – matérias que tratam de ações do movimento negro ou outros movimentos sociais de combate ao racismo

- Internacional – matérias que tratam de casos de racismo ocorrida em outros países (excetuando os casos de racismo no esporte)/

Esta classificação, como qualquer outra, tem imprecisões, entretanto foi uma opção adotada para uma primeira visada sobre como o racismo é tematizado na mídia. Por exemplo, uma matéria que trata de parlamentar que em sua atividade é vítima de um caso de racismo seria classificada em política ou local/policial? A opção que se teve para este estudo é classificar no tema “política” tendo em vista que a condição de parlamentar da vítima dá uma outra dimensão para o caso. Além disto, a tendência é que os veículos jornalísticos mobilizem a sua equipe da editoria de politica para cobrir este caso, o que não aconteceria se fosse um caso de racismo com uma outra pessoa fora deste universo. No caso das celebridades – excetuando o caso de esporte – que eventualmente sofrem de

racismo, a opção foi classificar em local/policial porque a tendência é que a cobertura se direcione para a cobrança de medidas policiais e judiciais para dirimir o caso.

Definido estes ajustes, chegou-se aos seguintes dados:

Tema	G1	UOL
Internacional	3,51%	14,81%
Esporte	14,88%	16,67%
Política Nacional	8,5%	16,67%
Denúncias/Desdobramentos Judiciais	52,72%	24,07%
Iniciativas e Atitudes positivas	18,75%	27,77%
Ações de movimentos sociais	1,56%	0%

Mais da metade (52,72%) das matérias publicadas no portal G1 referem-se a denúncias de casos de preconceito racial e os eventuais desdobramentos judiciais. Se por um lado isto sinaliza para uma intolerância com comportamentos preconceituosos, também reforça o racismo como um comportamento *disfuncional* e, portanto, necessitado de punição. Como o portal G1 é controlado por um conglomerado que tem no meio televisivo o seu carro-chefe, há uma tendência para uma vertente mais próxima do “sensacional”.

Na sequência, o portal G1 destaca as iniciativas e atitudes positivas (18,75%) que pode ser lido como um contraponto às denúncias – neste caso, o comportamento *funcional* como possível. O fato de esporte aparecer em terceiro lugar com 14,88% deve-se a um aspecto pontual do período: foi neste mês de junho que repercutiu o caso de racismo contra o jogador brasileiro Vini Jr na Espanha e isto levou a uma série de desdobramentos na discussão do racismo no esporte.

Um exemplo de matéria classificada como iniciativas e atitudes positivas é este projeto do Unicef que pretende levar a educadores da primeira infância ferramentas de combate ao racismo. A matéria foi veiculada no telejornal local da TV Liberal do Pará em 05 de junho.



Em geral, as iniciativas positivas são projetos desenvolvidos por entidades do terceiro setor nacionais ou internacionais que tem como objetivo formar pessoas, promover grupos vítimas de discriminação, entre outros.

O portal UOL teve uma situação distinta. A maioria das matérias não trata de denúncias mas sim de “iniciativas e atitudes positivas” (27,77%). Esta situação se conecta com o fato do portal ter vários subprodutos que tratam do tema “diversidade” (como o site *Universa*, além de ter vários colunistas negras e negros)⁶.

⁶ Analisamos o caso do site *Universa* do portal UOL e como ele enquadra o tema diversidade dentro das perspectivas mercadológicas no paper intitulado “Jornalismo, ética e diversidade na sociedade da Ação Direta do Capital” apresentado no 22º. Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo em abril de 2023.



'Achava que rosa só ficava bonito em meninas brancas', diz rapper MC Luanna



O portal UOL oferece também aos assinantes uma newsletter especializada em assuntos tematizados da questão racial. Entretanto, para fins desta pesquisa, não computamos as matérias deste produto específico porque ele é acessível somente a assinantes e que tenham optado por receber este produto. Porém, é interessante o fato de que o tema antirracismo ser pauta de um produto específico e segmentado e não estar dentro da linha geral da produção jornalística, o que pode configurar uma certa guetificação temática.



Política Cotações Canal UOL Colunas

UOL estreia Nós Negros, newsletter sobre população negra e antirracista



Imagem: TABA BENEDICTO/ESTADÃO CONTEUDO

Assim, se o portal G1 destaca a *denúncia* de casos de preconceito e racismo, o UOL dá ênfase as iniciativas *positivas* de combate ao racismo, embora as matérias de denúncias tenham certo destaque (24,07%).

Outro termo de comparação entre os dois portais é o tratamento do tema racismo no campo da política nacional. O portal UOL dá mais peso a isto – em boa parte porque a linha editorial do grupo Folha é de priorizar a cobertura de política nacional em detrimento dos assuntos do cotidiano e local, mais presentes nos produtos do grupo Globo/G1. Assim como os casos de racismo ocorridos em território fora do país, maior no portal UOL que no grupo Globo.

A grande ausência nos dois portais é **o movimento social e o movimento negro**. No portal UOL, não houve nenhuma matéria que tenha como sujeito o movimento social e o movimento negro. No portal G1, apenas 1,56% que corresponde a quatro matérias. Isto apesar de que a criminalização do racismo, o desmonte do mito da democracia racial e mesmo a conquista das ações afirmativas serem frutos de ações do movimento negro.

Se levar em consideração também que a tematização política dos casos de racismo é pequena nos dois portais, conclui-se que *racismo e antirracismo expresso pelos movimentos* não se configuram como sujeitos políticos.

Nelson Traquina (2005: pp.79-88) afirma que fatos ou eventos que tenham infração (a normas, códigos, leis), sejam inesperados (tudo que sai do transcurso normal dos acontecimentos) e gerem conflitos (fatos controversos que geram debates ou diversidade de posições) tendem a ser noticiados. É o que ele chama de “valores-notícia”. Neste sentido, as categorias de infração à normas (que podem chegar a “escândalos”) e inesperado (sair do transcurso normal dos acontecimentos) tem, na sua gênese, uma dimensão de impacto que costuma ser aproveitada em meios audiovisuais principalmente porque mobilizam emoções e sensações.

Assim, o fato da esmagadora maioria das notícias se tratar de denúncias de casos de racismo é também fruto da estratégia de mobilização de público. É aqui que se confluem as pressões do movimento social de negros para o combate ao racismo com os interesses comerciais de uma mídia hegemônica como o G1/Globo. Por outro lado, o fato de que no portal UOL há uma presença maior de matérias que tratam de iniciativas positivas de promoção da igualdade racial reforça que o problema do racismo está no campo das atitudes e não de transformações estruturais.

Tal narrativa é produto da aparente contradição presente em vários estudos que mostram que a maioria da sociedade brasileira ao mesmo tempo que admite a existência do racismo não se admite como racista. Em boa parte isto ocorre como uma frustração de que a evidência do preconceito racial desmonta o mito da democracia racial. É o chamado preconceito de ter preconceito.

5. Considerações finais

Retomando os conceitos de tecnocultura de Muniz Sodré, observa-se que o aumento da cobertura dos casos de racismo nos meios de comunicação hegemônicos obedece a uma lógica de constituição de uma disputa logotécnica do termo racismo entre as estruturas institucionais da sociedade capitalista e as perspectivas do movimento social de negros e negras. E isto dá-se pelo exercício da hegemonia do discurso midiático incorporando e ressignificando as demandas expressas pelos movimentos sociais *dentro* das estruturas institucionais da democracia liberal e do capitalismo.

O primeiro elemento é situar os casos de preconceito e racismo dentro da perspectiva *disfuncional* por meio do enquadramento dos fatos nos valores-notícia de infração, inesperado e conflito que, por sua vez, possibilita uma exploração no limite do sensacionalismo. A tematização dos casos no campo da denúncia, da editoria de polícia e da cobrança por justiça aproxima de uma “*datenziação*” do racismo.⁷ Aqui, importante destacar que o sensacionalismo não se explica apenas pela dimensão da espetacularização, mas pelo que Adelmo Genro Filho (1989) chama de uma perspectiva de cobertura jornalística que se centra na singularidade do fato sem ampliá-la para outras perspectivas. Quais outras perspectivas? A tematização no campo da política e das ações dos movimentos sociais – que são minoritárias e até nulas nos dois portais.

O segundo elemento é apresentar como contraponto a esta *disfuncionalidade* as iniciativas positivas de equidade racial demonstrando que é possível e existem atitudes *funcionais* – e, portanto, não racistas. Com isto, retira-se do campo da política (ou da disputa política) o tema do racismo e se coloca no campo das atitudes e comportamentos.

Assim, a aliança simbólica construída a partir dos discursos midiáticos é do racismo estar em um campo do conflito de atitudes e não de perspectivas políticas – daí a exclusão dos sujeitos coletivos dos movimentos sociais e, em troca, a colocação das iniciativas positivas protagonizadas por pessoas, empresas, ONGs, entre outras. Nesta

⁷ O neologismo “*datenziação*” é uma referência ao programa de televisão do José Luiz Datena, famoso

aliança simbólica, a retórica argumentativa como sua lógica constitutiva aparece como uma disputa de narrativa de atitudes. Sodré (1996) fala que a retórica pré-socrática tinha pleno sentido nos campos judiciário e político nos tempos idos. Parece haver um retorno nestes tempos tecnoculturais. Isto em detrimento da busca dos fundamentos, das raízes do racismo quando se considera o fenômeno como estrutural, portanto, lógico na reprodução social o que implicaria uma conexão das singularidades dos fatos narrados sobre preconceito e racismo com elementos estruturantes e históricos no campo político e econômico da sociedade. Mas isto já não seria possível dentro da construção da hegemonia operada pela mídia.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Joel Zito. **A negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira**. S. Paulo: Editora Senac, 2019
- CARRANÇA, Flavio.; BORGES, Rosane. (orgs) **Espelho infiel: o negro no jornalismo brasileiro**. S. Paulo: Imesp, 2004
- GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**. Para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Ortiz, 1989
- JORNALISTAS & CIA. **Perfil Racial da Imprensa Brasileira** disponível em <https://static.poder360.com.br/2021/11/pesquisa-perfil-racial-da-imprensa-17-nov-2021.pdf>
- MARINI, R.M. **Dialética da dependência**. Cidade do México: Edições Era, 1977
- MOURA, C. **Dialética radical do Brasil negro**. S. Paulo: Anita, 2014.
- OLIVEIRA, D. “Jornalismo, ética e diversidade na sociedade da Ação Direta do Capital” trabalho apresentado no 22º. Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo. Manaus (AM), abril 2023
- PORTELA, P. et all. **Raça, gênero e imprensa: quem escreve nos principais jornais do Brasil**. Rio de Janeiro: GEMAA/UERJ, 2023 (disponível em <https://gema.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2023/05/TD-Raca-e-Midia.pdf> - acesso agosto/2023)
- REUTERS INSTITUTE. **Digital News Report 2023**. Reuters Institute/University of Oxford, 2023
- SODRÉ, M. **Reinventando @ cultura: a comunicação e seus produtos**. Petrópolis: Vozes, 1996
- THOMPSON, J. B. **Mídia e modernidade**. Para uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 2002
- TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo**. Vol II – A tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005